

Subcomissão não acaba com voto obrigatório

JORNAL DO BRASIL

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
031

São Paulo — O presidente da República poderá ser reeleito, o voto no país continuará obrigatório, mas o povo poderá propor leis diretamente ao Congresso Nacional, sem a intermediação de deputados e senadores. Essas são algumas das idéias consensuais que a Subcomissão de Direitos Políticos, Coletivos e de Garantias da Constituinte deverá adotar e propor formalmente à Constituinte, segundo o presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Maurílio Ferreira Lima presidiu ontem em São Paulo a primeira audiência popular da Constituinte, no plenário Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa paulista. Com o objetivo de "enriquecer o trabalho da subcomissão", segundo o deputado pernambucano, os constituinte que a integram ouviram, durante o dia inteiro, reivindicações de entidades e parlamentares, além de uma longa exposição do jurista Miguel Reale Júnior.

Os três temas aparentemente mais polêmicos que estão sendo discutidos pelos constituintes a respeito dos direitos políticos são a reeleição dos titulares de cargos executivos, a idade para votação e a obrigatoriedade do voto. Quanto à reeleição, segundo Ferreira Lima, é bastante provável que ele seja aprovada para Presidente da República, mas as chances são menores para os casos de governadores e prefeitos.

Dois inovações já estão praticamente absorvidas pela subcomissão: a da iniciativa popular e a do direito de audiência. A Constituição poderá assegurar a um determinado número de cidadãos (70 mil assinaturas ou mais) o direito de propor leis ordinárias, ou mesmo emendas constitucionais, ao Congresso Nacional, através de entidades reconhecidas.

O direito de audiência — a obrigatoriedade de o estado ou a União efetuar consultas à população todas as vezes em que for desenvolver obras que alterem a qualidade de vida das regiões — também poderá ser aprovado, na subcomissão, a

judgar pelos constituintes que estiveram ontem em São Paulo.

A duração do mandato do presidente José Sarney vai ser determinado "exclusivamente pelo seu desempenho no governo", previu em São Paulo, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para um grupo de 30 empresários, reunidos em seminário promovido pela empresa Salles Interamericana de Publicidade.

Relator da comissão, Egidio foi taxativo, na palestra com os empresários: "O presidente está inseguro, o seu mandato é frágil, não por causa dele, Sarney, mas pelo processo. Falta-lhe o requisito fundamental da legitimidade, que ele quer reparar por um caminho que não repara — o da delimitação do mandato, agora, por uma comissão da Constituinte".

"Mas o mandato do presidente Sarney", acentuou Egidio aos empresários, "não será fixado por ele, pela Aliança Democrática ou pela Assembléia Nacional Constituinte. Será determinado exclusivamente pelo seu desempenho. O tempo dele de governo, quem vai determinar é o instante político: se estiver bem com a sociedade, terá um mandato maior, se não, governará menos tempo", disse Egidio.

O seminário, promovido para debater "Os rumores do Mandato", teve como moderador o jornalista Luiz Orlando Carneiro, diretor da sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília, e como expositores, além de Egidio, o vice-líder do PFL, deputado Alceni, Guerra (PR) e o ex-ministro da Comunicação Social do governo Figueiredo, Said Farhat.

O moderador, os expositores e os empresários chegaram à conclusão de que foi um erro a convocação de uma assembléia congressual e não uma Constituinte exclusiva. Foram ser amargo por Egidio, que disse "não ser amargo" em relação a "essa Constituinte". Segundo o deputado, ela "é um retrato, com muita fidelidade, do país que está aí".

Arinos apresenta proposta

Brasília — O anteprojeto de Constituição elaborado no ano passado pela comissão de **notáveis**, idealizada pelo ex-presidente Tancredo Neves e presidida pelo jurista Afonso Arinos — depois eleito senador pelo PFL do Rio de Janeiro —, foi dividido em partes e apresentado como sugestão à Mesa da Constituinte. A partir de agora, ainda que não oficialmente, os deputados e senadores passam a contar com um texto básico a partir do qual poderão discutir os capítulos da próxima Constituição.

A sugestão foi entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães pelo próprio Afonso Arinos, que agora preside a Comissão de Sistematização da Constituinte. Arinos tinha dúvidas sobre a oportunidade de apresentar o anteprojeto, uma vez que o gesto poderia ser interpretado como uma limitação à soberania dos constituintes. Mas um telefonema que recebeu de Ulysses, ontem de manhã, dissipou seus temores: o próprio presidente da Constituinte o incentivou a apresentar a proposta.

Ao propor a formação da comissão de notáveis, Tancredo pretendia que o anteprojeto preparado por ela servisse de base para o trabalho dos constituintes. A idéia, congelada nos primeiros meses do governo Sarney, acabou sendo parcialmente realizada. A comissão foi instalada, elaborou um anteprojeto de Constituição, mas Sarney preferiu não apresentá-lo oficialmente como sugestão à Assembléia Constituinte.

Arquivo



Arinos: base para discussão

O anteprojeto da Comissão Arinos, com mais de 500 artigos, aborda muitos temas que caberiam na legislação ordinária. O excesso de detalhes, contudo, pode agora beneficiar deputados e senadores, pois eles poderão analisar as sugestões da comissão em cada uma das 24 subcomissões específicas às quais estão ligados.

A contribuição mais polêmica do anteprojeto vai para a Subcomissão do Poder Executivo. Segundo a proposta da Comissão Arinos, o presidente da República passaria a dividir o poder com um primeiro-ministro, chamado de presidente do conselho de ministros, e poderia, se considerado necessário, dissolver o Congresso Nacional e convocar eleições antecipadas.